



**ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE**

**LEI ORGÂNICA
DO
MUNICÍPIO
DE
MARECHAL
THAUMATURGO -
ACRE**



**ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE**

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE
MARECHAL THAUMATURGO**

PREÂMBULO

**OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL
THAUMATURGO, REUNIDOS NA FORMA DA LEI, INVOCANDO A PROTEÇÃO DE DEUS E
REVERENCIANDO A MEMÓRIA DO MARECHAL THAUMATURGO DE AZEVEDO E DA
GERAÇÃO FUNDADORA, PROMULGAM A**

LEI ORGÂNICA DO MARECHAL THAUMATURGO.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

SUMÁRIO

TÍTULO I

Das Disposições preliminares (arts. 1º e 2º) **pág. 06**

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais (arts. 3º e 4º) **pág. 06**

TÍTULO III

CAPÍTULO I

Da Organização Municipal (arts. 5º e 11º) **pág. 06**

CAPÍTULO II

Da Competência do Município (art. 12º) **pág. 07**

CAPÍTULO III

Das Vedações (art. 13º) **pág. 08**

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Governo Municipal (art. 14º) **pág. 08**

CAPÍTULO II

Do Poder Legislativo

Seção I

Da Câmara Municipal (art. 15º) **pág. 09**

Subseção I

Das Sessões (arts. 16º ao 18º) **pág. 09**

Subseção II

Das Comissões (arts. 19º ao 21º) **pág. 11**

Subseção III

Dos Vereadores (arts. 22º e 26º) **pág. 12**

Seção II

Do Processo Legislativo (arts. 27º ao 39º) **pág. 13**

Seção III

Da Procuradoria da Câmara Municipal (art. 40º) **pág. 16**

Seção IV

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts. 41º ao 44º) **pág. 16**

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município (arts. 45º ao 53º) **pág. 16**

Seção II



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Das Atribuições do Prefeito (art. 54º)	pág. 18
Seção III	
Das Responsabilidades do Prefeito (arts. 55º e 56º)	pág. 19
Seção IV	
Dos Secretários e Seus Atribuições (arts. 57º ao 61º)	pág. 19
Seção V	
Da Procuradoria do Município (art. 62º)	pág. 20
CAPÍTULO IV	
Da Administração Pública	
Seção I	
Das Disposições Gerais (arts. 63 e 64)	pág. 20
Seção II	
Dos Recursos Humanos (arts. 65º ao 69º)	pág. 22
Seção III	
Do Patrimônio Municipal (art. 70º)	pág. 24
TÍTULO V	
Da Tributação e do Orçamento	
CAPÍTULO I	
Do Sistema Tributário Municipal	
Seção I	
Dos Princípios Gerais (arts. 71º ao 73º)	pág. 24
Seção II	
Das Limitações do Poder de Tributar (arts. 74º ao 76º)	pág. 25
Seção III	
Dos impostos Municipais (art. 77º)	pág. 26
CAPÍTULO II	
Das Finanças Públicas	
Seção I	
Normas Gerais (78º ao 80º)	pág. 26
Seção II	
Dos Orçamentos (arts. 81º ao 87º)	pág. 27
TÍTULO VI	
Do Desenvolvimento do Município	
CAPÍTULO I	
Dos Princípios Gerais (arts. 88º ao 95º)	pág. 29
Seção I	
Da Ciência e Tecnologia (art. 96º)	pág. 30
CAPÍTULO II	
Do Desenvolvimento Econômico	



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Seção I	
Da Indústria, do Comércio e dos Serviços (arts. 97º ao 100º)	pág. 30
Seção II	
Da Política Agrícola e Fundiária	
Subseção I	
Da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (arts. 101º ao 103º)	pág. 31
CAPÍTULO III	
Do Desenvolvimento Social	
Seção I	
Disposições Gerais (arts. 104º ao 106º)	pág. 31
Seção II	
Da Saúde e da Higiene (arts. 107º ao 115º)	pág. 32
Seção III	
Da Previdência e Assistência Social (arts. 116º ao 118º)	pág. 33
Seção IV	
Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 119º ao 137º)	pág. 34
Seção V	
Da Família da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Portadores de Deficiência (arts. 138º ao 144º)	pág. 35
Seção VI	
Dos Transportes (art. 145º)	pág. 36
TÍTULO VII	
Da Política Urbana	
CAPÍTULO I	
Do Desenvolvimento Urbano, do Plano Diretor e do Saneamento Básico (arts. 146º ao 151º)	pág. 36
CAPÍTULO II	
Do Meio Ambiente (arts. 152º ao 157º)	pág. 37
ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (arts. 1º ao 10º)	pág. 38



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Título I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Marechal Thaumaturgo, unidade territorial do Estado do Acre, é entidade de direito público interno, com autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

§1º - O governo Municipal é exercido pela Câmara de Vereadores e pelo Prefeito.

§2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos das Constituições da República, Estadual e desta Lei Orgânica.

§3º - O Município reger-se-á pelo disposto nesta Lei Orgânica e pelas leis que adotar, observados os princípios constitucionais federal e estadual:

Art. 2º - São fundamentos do Município:

I – a autonomia;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana; e

IV – os valores sociais de trabalho e a livre iniciativa.

Título II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 3º - O Município assegura, no âmbito de seu território e nos limites de sua competência, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.

Parágrafo único – Será penalizado com a destituição do mandato administrativo ou função de direção, em órgãos da administração direta ou indireta, inclusive fundacional, o agente público que, no prazo improrrogável de noventa dias, deixar sem motivo justificado, de sanar omissão inviolabilizadora do exercício de direito constitucionalmente assegurado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal decorrente do ato omissivo.

Art. 4º - É assegurado ao Município nos termos da Lei, participação do resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais.

Título III
DO MUNICÍPIO
Capítulo I
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Art. 5º - O Governo Municipal é constituído pelos poderes Legislativo, Executivo, independente e harmônico entre si.

Parágrafo único - É vedado aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previsto nesta Lei Orgânica.

Art. 6º - São símbolos municipais: a bandeira, o hino e o brasão, instituídos por lei.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 7º - A sede do Município é a cidade de **Marechal Thaumaturgo** com limites definidos na forma da lei.

Art. 8º - A alteração territorial do Município, por desmembramento de parcela de sua área ou incorporação de área de outro município, bem como fusão de sua área total, dependerá de consulta plebiscitária as populações das áreas respectivas, obedecido o disposto na Constituição Estadual e na lei complementar pertinente.

Art. 9º - O Município pode subdivir-se administrativamente em distritos.

Art. 10º - O padroeiro da cidade, é **São Sebastião**, que será festejado com feriado municipal a 20 de janeiro, de cada ano.

Art. 11º - O aniversário da cidade é celebrado no dia 05 de novembro.

Capítulo II
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 12º - Além da competência em comum com a União e o Estado, prevista no art. 23, da Constituição da República, ao Município compete promover tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- I** – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II** – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III** – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV** – criar, organizar e suprir distritos observando o que dispuser a legislação;
- V** – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI** – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VII** – prestar com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII** – promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;
- IX** – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- X** – dispensar tratamento jurídico diferenciado às micro e às pequenas empresas, visando incentivá-las pela simplificação ou eliminações de obrigações para com o Município;
- XI** – promover e incentivar o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico;
- XII** – elaboração e execução de seu orçamento plurianual, diretrizes orçamentárias e de seu orçamento anual;
- XIII** – estabelecimento do regimento jurídico dos funcionários municipais e estruturação administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- XIV** – dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens;
- XV** – adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- XVI** – estabelecer servidões administrativas necessárias aos seus serviços;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

- XVII** – regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;
- XVIII** – determinar o itinerário e os pontos de paradas de transportes coletivos e fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
- XIX** – disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas municipais;
- XX** – cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, a higiene, ao sossego, a segurança ou aos bons costumes;
- XXI** – conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos de táxis e respectivas tarifas;
- XXII** – sinalizar as vias urbanas e estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XXIII** – regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer meios de publicidade e propagandas nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
- XXIV** – dispor sobre depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressões da legislação municipal;
- XXV** – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XXVI** – fixar condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes e o código de postura do município;
- XXVII** – fixar e sinalizar as zonas de silêncio de trânsito e tráfego em condições especiais;
- XXVIII** – fiscalizar nos locais de vendas, pesos, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;
- XXIX** – determinar local para servir de aterro sanitário, para produtos tóxicos, radiativos e lixo em conformidade com a Lei.

Capítulo III
DAS VEDAÇÕES

- Art. 13º** - É vedado ao Município, além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica:
- I** – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- II** – recusar fé aos documentos públicos;
- III** – criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si;
- IV** – subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos estranhos à Administração e ao interesse público; e,
- V** – renunciar à receita e outorgar isenções, anistia e remissão fiscal sem interesse público devidamente justificado e sem que esteja autorizado por lei específica.

Título IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
Capítulo I
DO GOVERNO MUNICIPAL



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 14º - O governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativos e Executivos, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo único – É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Capítulo II
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 15º - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos pelo sistema proporcional, para uma legislatura de quatro anos.

§1º - Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão adotadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§2º - É de 9 (nove) o número de vereadores da Câmara Municipal.

Subseção I
DAS SESSÕES

Art. 16º - Independente de convocação, a sessão legislativa da Câmara Municipal terá início em 28 de fevereiro, encerrando-se em vinte e oito de novembro de cada ano, permitido o recesso durante o mês de julho.

§1º - As Sessões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recair aos sábados, domingos ou feriados.

§2º - A Sessão Legislativa não será interrompida enquanto não for aprovado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§3º - No dia primeiro de janeiro do início de cada Legislatura, a Câmara Municipal, sob a presidência do Vereador mais votado, reunir-se-á em Sessão Solene para:

I – dar posse aos Vereadores eleitos; e,

II – eleição e posse da Mesa Diretora, cujos membros terão mandatos de dois anos, vedada a recondução no mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§4º - Procedida a eleição da Mesa Diretora, em seguida, na mesma Sessão Solene, tomarão posse e prestarão compromisso perante a Câmara Municipal, o Prefeito e o Vice Prefeito eleitos.

§5º - A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I – pelo Prefeito quando julgar necessário;

II – por seu Presidente, nos casos de decretação de intervenção do Município e de sucessão definitiva do mandato de prefeito; e,

III – a requerimento da maioria absoluta de seus membros, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§6º - Na sessão extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§7º - A Câmara Municipal funcionará em sessão pública, observando o seguinte:

I – não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia, podendo, no entanto, serem realizadas tantas quantas sessões extraordinárias forem precisas para a aprovação das matérias em



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

pauta;

II – as sessões serão realizadas na sede própria da Câmara Municipal, podendo sê-la em outros locais, nos seguintes casos:

- a) quando o acesso ao seu recinto for comprovadamente impossível; e,
- b) por deliberação de dois terços dos membros que a compõe.

III – não será efetuada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem pública, de preconceitos de raça, religião, cor, ou classe, que configurem crime contra a honra ou incitando a prática de delito de qualquer natureza.

Art. 17º - Excetuados os casos de sua competência exclusiva, caberá a Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de peculiar interesse do Município e em especial:

I – tributação, arrecadação e aplicação dos recursos do Município;

II – Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

III – Planos e Programas Regionais e Setoriais de Desenvolvimento;

IV – transferência temporária da sede do Governo Municipal;

V – organização administrativa;

VI – criação, transformação e extinção de cargos e funções públicas;

VII – criação, estruturação e atribuições das Secretarias e Órgãos da Administração

Pública;

VIII – autorização de emissão de títulos da dívida pública, aceite de títulos de crédito e prestação de garantias, nos termos desta Lei;

IX – concessão para exploração de serviços públicos; e,

X – autorização de alienações de bens do Município e o recebimento de doações com encargos.

Art. 18º - A Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – eleger sua Mesa Diretora e constituir suas Comissões;

II – elaborar seu Regimento Interno;

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV – fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, observado o disposto na Constituição da República;

V – dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito, como também conhecer de suas renúncias;

VI – conceder licença ao Prefeito para interromper o exercício de suas funções ou autorizá-lo, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

VII – autorizar o Prefeito, o Vice-Prefeito, bem como qualquer de seus membros a se ausentarem do território nacional;

VIII – criar Comissões Parlamentares de Inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal;

IX – autorizar por dois terços de seus membros, a instaurações de processo contra os Secretários Municipais, nos crimes comuns e de responsabilidade não conexo com os do Prefeito;

X – processar e julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários Municipais, nos crimes da mesma natureza conexo com aqueles;

XI – declarar a perda do cargo de Prefeito, do Vice-Prefeito ou de Secretário Municipal, após a condenação por crime comum ou de responsabilidade em sentença irrevogável;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

XII – requerer informações e documentos ao Prefeito sobre assuntos pertinentes a Administração Municipal;

XIII – convocar os Secretários Municipais e os responsáveis por Chefias de Órgãos do Executivo para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XIV – proceder a tomadas de contas do Prefeito, quando não apresentada dentro de trinta dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XV – julgar, anualmente, as contas do Município;

XVI – autorizar celebração de convênios pelo Prefeito Municipal com Entidades de Direito Público e retificar os que, por motivo de urgência justificada ou de comprovado interesse público, forem efetivados sem essa autorização, devendo, nesse caso, serem remetidas à Câmara Municipal no prazo de cinco dias;

XVII – autorizar convênios intermunicipais para modificações de limites, viabilização de tráfego, divulgação de atos administrativos, na conformidade desta Lei Orgânica;

XVIII – solicitar, por maioria de dois terços de seus membros, a intervenção estadual para garantir o livre exercício de suas atribuições;

XIX – suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo municipal declarado inconstitucional por decisões judiciais definitivas;

XX – sustar os atos normativos do Executivo, que exorbitem do poder regular ou dos limites de delegação legislativa;

XXI – fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta;

XXII – zelar pela preservação de sua competência legislativa em razão da atribuição normativa dos outros poderes;

XXIII – conhecer o veto e sobre ele deliberar.

§1º - A remuneração de que trata o inciso IV deste artigo não poderá exceder a qualquer título, para o Prefeito Municipal, a setenta e cinco por cento do que receber o Governador; para Vice-Prefeito, setenta e cinco por cento do que receber o Vice-Governador; e, para Vereador, a setenta e cinco por cento do que receber o Deputado Estadual do Acre, ressalvado também o disposto no artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, ficando assegurado o pagamento do décimo terceiro salário para os cargos eletivos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

§2º - A ratificação de convênios a que se refere o inciso XVI será feita dentro de vinte dias da data de entrada da documentação na Secretária da Câmara, operando-se tacitamente após esse prazo se não decidida a matéria.

§3º - A superveniência de rejeição dos atos a que se refere o parágrafo anterior não importará em nulidade de outros praticados em sua decorrência, mas determinará a sua rescisão.

Subseção II
DAS COMISSÕES

Art. 19º - A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas no regimento Interno, ou ato de que resultar a sua criação.

§1º - Na constituição da Mesa Diretora da Câmara e de cada Comissão, é assegurada a representação proporcional dos Partidos Públicos ou dos Blocos Parlamentares nela representados.

§2º - As Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:

I – discutir e votar parecer sobre projeto;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários Municipais, Presidentes ou Diretores de Sociedades de



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações Municipais para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra atos ou omissões lesivas de autoridades públicas municipais;

V – acompanhar, junto ao Poder Executivo, os atos de regulamentação, como também a elaboração da proposta orçamentária e sua posterior execução; e,

VI – apreciar planos de desenvolvimento e programas de obras municipais urbanas e rurais, e sobre elas permitir parecer.

§3º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de dois terços dos membros da Câmara para a apuração de fatos determinados e prazos certos, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§4º - Os Secretários Municipais e os ocupantes de cargos que lhes forem equivalentes poderão comparecer à Câmara ou a qualquer de suas Comissões, por iniciativa ou mediante entendimento com a Mesa Diretora para expor assunto relevante de sua competência.

§5º - A Mesa Diretora poderá encaminhar pedidos de informações aos Secretários Municipais, Presidente e Diretores de Empresas Públicas, Autarquias e Fundações Municipais, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de quinze dias corridos, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 20º - Salvo disposição em contrário, contida nesta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 21º - Durante o recesso parlamentar, haverá uma Comissão Representativa da Câmara Municipal, denominada Comissão de Recesso, com atribuições definidas no Regimento Interno, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, cuja composição reproduzirá a proporcionalidade de representação partidária.

Subseção III
DOS VEREADORES

Art. 22º - O Vereador tomará posse na Sessão Solene da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do início de cada legislatura.

I - O Vereador que não tomar posse na Sessão Solene previsto no “caput” deste artigo, ou deixar de justificar sua ausência, poderá fazê-lo no prazo de quinze dias, a contar do início da legislatura.

II - Findo o prazo acima mencionado sem que o Vereador tenha tomado posse, a Mesa Diretora declarará vago o cargo e, imediatamente, convocará o Suplente.

III - O Vereador será obrigado a fazer declaração de bens por ocasião da posse e até cinco dias do término do mandato.

Art. 23º - O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

I - O Vereador não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram e dele receberam informações.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 24º - O Vereador não poderá:

I – desde a expedição do Diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, fundação mantida pelo Município ou empresa concessionária de serviço municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; e,

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, os de que seja demissível “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior.

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, “a”; e,

c) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 25º - Perderá o mandato de Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixa de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias, da Câmara, salvo licença ou missão autorizada por esta;

IV – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado; e,

VII – que abusar das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§1º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§2º - Nos casos dos incisos III, IV e VII, a perda será declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de Partido Político com representação na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

Art. 26º - Não perderá o mandato o Vereador:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Município, ou chefe de missão diplomática temporária; e,

II – licenciado pela Câmara Municipal por motivo de doença, comprovada por perícia médica, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso o afastamento não ultrapasse noventa dias por sessão legislativa.

§1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o termino do mandato.

§3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§4º - O Vereador licenciado, não poderá reassumir suas funções enquanto não cessar a licença.

Seção II
DO PROCESSO LEGISLATIVO



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 27º - O processo Legislativo compreende a elaboração de:

- I** – Emendas à Lei Orgânica;
- II** – Leis Complementares;
- III** – Leis Ordinárias;
- IV** – Leis Delegadas;
- V** – Decretos Legislativos; e,
- VI** – Resoluções.

Art. 28º - A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

- I** – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II** – do Prefeito Municipal; e,
- III** – de iniciativa popular, na forma desta Lei Orgânica.

§1º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual, de estado de defesa ou estado de sítio decretado pela União.

§2º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos membros da Câmara.

§3º - A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§4º - A matéria constante de Emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§5º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de Emenda à Lei Orgânica, subscrita por entendidas associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas dos eleitores cujo número dispuser a lei.

Art. 29º - A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e, nos casos e na forma previstos nesta Lei Orgânica, aos cidadãos.

Art. 30º - As Leis Complementares serão aprovadas por maioria absoluta, em dois turnos, com intervalo de quarenta e oito horas, e receberão numeração distinta das Leis Ordinárias.

Art. 31º - São Leis Complementares à Lei Orgânica, entre outras previstas, as Leis sobre:

- I** – Plano Plurianual;
- II** – Diretrizes Orçamentárias;
- III** – Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;
- IV** – Código Tributário;
- V** – Código de Obras ou de Edificação;
- VI** – Estatuto dos Servidores Municipais; e,
- VII** – Criação, Estruturação e Atribuições de Órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

Art. 32º - É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das leis sobre:

- I** – Plano Plurianual;
- II** – Diretrizes Orçamentárias;
- III** – Lei Orçamentária;
- IV** – Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

V – Código Tributário;
VI – Estatuto dos Servidores Municipais;
VII – Criação e Extinção de Cargos, funções e Empregos na Administração Direta e Autárquica, bem como na fixação da respectiva remuneração; e,
VIII – Criação, Estruturação e Atribuições de Órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

Art. 33º - A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara de projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal, e deverá ser apreciado em, no mínimo, sessenta dias.

Parágrafo único – O Regimento Interno da Câmara disporá sobre o uso da tribuna nos casos previstos neste artigo.

Art. 34º - Não será admitido aumento de despesas previstas:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvando o disposto no art. 166, § 3º e 4º, da Constituição da República; e,

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 35º - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§1º - Se a Câmara não se manifestar em até trinta dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que se ultime a votação.

§2º - O prazo do parágrafo anterior não corre nos períodos de recesso.

Art. 36º - O Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§1º - Se o Prefeito considerar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional, igual ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao presidente da Câmara os motivos do veto.

§2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea.

§3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§4º - O veto será apreciado em uma única discussão e votação dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Câmara, em escrutínio secreto.

§5º - Se o veto não for mantido, será o Projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito Municipal.

§6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos § 3º e 5º, o Presidente da Câmara a promulgará, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Prefeito, em igual prazo, fazê-lo.

Art. 37º - A matéria constante de projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de nova proposição, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 38º - As Leis Delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§1º - Não serão de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara, nem a legislação sobre:

I – Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias; e,

II – Orçamento, Tributação e Finanças Públicas.

§ 2º - A delegação ao Prefeito terá a forma de Resolução da Câmara, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 39º - As leis para as quais esta Lei Orgânica não exige “quorum” qualificado, serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara.

Seção III
DA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 40º - A Câmara Municipal terá como órgão de representação judicial a procuradoria, com funções de consultoria jurídica, vinculada diretamente à Mesa Diretora.

Parágrafo único – A carreira de Procurador da Câmara Municipal, a organização e o funcionamento da instituição serão disciplinados em lei complementar, dependendo o respectivo ingresso de provimento condicionado à classificação em concurso público de provas e títulos, organizado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Acre.

Seção IV
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 41º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, economicidade, aplicações de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.

Parágrafo único – prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responde, ou que, em nome deste, assumia obrigações de natureza pecuniária.

Art. 42º - O controle externo, a cargo da Câmara, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, com competência que lhe é definida na Constituição e Leis Estaduais.

Art. 43º - Recebida do Poder Executivo a prestação de contas anual, a Câmara Municipal encaminhará, dentro de vinte dias, ao Tribunal de Contas do Estado que, no prazo máximo de cento e vinte dias, sobre elas emitirá parecer devolvendo-se à Câmara.

Art. 44º - O questionamento da legitimidade de contas do Município poderá ser feito, no prazo de sessenta dias no período em que estarão as contas à disposição de qualquer contribuinte, observadas as seguintes normas:

I – as arguições serão feitas por escrito, em duas vias, sob protocolo, junto à Secretária da Câmara;

II – a primeira via será autuada e notificada o Poder Executivo, pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco dias, para, em igual prazo, prestar, sobre a matéria, as informações que julgar



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

convenientes; e,

III – formado o processo, será este encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, que decidirá sobre sua procedência ou improcedência.

Parágrafo único – Para a prática do ato a que se refere “caput” deste artigo, o contribuinte deverá fazer prova de estar quite com a Fazenda Municipal.

Capítulo III
DO PODER EXECUTIVO
Seção I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO

Art. 45º - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art. 46º - O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município serão eleitos, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, para um mandato de quatro anos, que terá início em primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição, aplicadas as regras do art. 77 da Constituição da República, no caso do Município contar com mais de duzentos mil eleitores.

Parágrafo único – A eleição do Prefeito do Município, importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Art. 47º - São condições de ilegitimidade do Prefeito e do Vice-Prefeito:

I – a nacionalidade brasileira, nata ou naturalizada;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o domicílio eleitoral no Município pelo prazo estabelecido em lei;

IV – a filiação partidária; e,

V – idade mínima de vinte e um anos.

Art. 48º - O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município tomarão posse em Seção Solene da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter a ordem constitucional vigente, defendê-la, cumpri-la, observar as leis e promover o bem geral da comunidade do município.

§1º - No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão declarações de bem, exigida, também, no término do mandato ou nos casos de afastamento definido.

§2º - Se, decorrido dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito do Município, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 49º - o Prefeito, nos casos de vagas, impedimento e ausência do Município, será automaticamente substituído pelo Vice- Prefeito.

Parágrafo único – O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que for convocado para missões especiais.

Art. 50º - Em caso de impedimento ou ausência do Prefeito e o Vice-Prefeito, ou ainda, vacância dos respectivos cargos, será chamado para o exercício do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 51º - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito Municipal, far-se-á eleição



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

noventa dias depois de aberta a última vaga.

§1º - Ocorrendo a vacância dos dois últimos anos de mandato, a eleição para ambos os casos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

§2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

§3º - Até trinta dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas sobre:

I – dívidas do Município, por credor com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal realizar operações de créditos de qualquer natureza;

II – medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgãos equivalentes, se for o caso;

III – prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV – situação dos contratos com concessionárias de serviços públicos;

V – estados dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI – transferência a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

VII – projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

VIII – situação dos servidores do Município, seu custo, quantidades e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 52º - O prefeito e o Vice-Prefeito são obrigados a residirem no Município.

Parágrafo único – O Prefeito, assim como o Vice-Prefeito não poderá ausentar-se do Município por mais de quinze dias consecutivos, nem do território nacional por qualquer prazo, sem prévia autorização da Câmara Municipal, sob perda do mandato.

Art. 53º - Aplicam-se ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, no que couber, as proibições e impedimentos estabelecidos para os Vereadores Municipais.

Parágrafo único – Perderá o mandato o Prefeito e Vice-Prefeito que assumir cargos ou funções da administração pública direta, indireta ou fundacional, excetuada a posse em razão de concurso público, observado os dispositivos pertinentes desta Lei Orgânica.

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 54º - Ao Prefeito compete, entre outras atribuições:

I – sem prejuízo do disposto nesta Lei Orgânica, representar o Município judicial e extrajudicialmente;

II – nomear e exonerar os Secretários Municipais e o Procurador-Geral do Município;

III – colocar à disposição da Câmara Municipal dentro de vinte e cinco dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez, e, até o dia vinte e cinco de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

IV – iniciar o Processo Legislativo, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica;

Praça Odon do Vale, s/n – Centro – Tel.: (68) 3325-1026. CEP. 69.983-000 - Marechal Thaumaturgo – Acre
Representação Administrativa

Av. Coronel Mâncio Lima, nº 311, Sala 03 – Centro – Telefax: (68) 3322-6531. CEP. 69.980-000 Cruzeiro do Sul/AC
CNPJ: 84.306.471/0001-12



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

V – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI – vetar Projeto de Lei, total ou parcialmente;

VII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VIII – remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e salientando as providências que julgar necessárias;

IX – enviar à Câmara Municipal o plano plurianual de investimentos, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

X – prestar à Câmara, dentro de quinze dias úteis, a contar do seu recebimento, as informações e documentos solicitados, sob pena de responsabilidade;

XI – encaminhar anualmente, à Câmara Municipal, dentro de trinta dias corridos após a abertura da Sessão Legislativa, a prestação de contas referente ao exercício anterior;

XII – colocar à disposição dos contribuintes a partir de dez de janeiro, as contas relativas ao exercício anterior, para receberem os questionamentos sobre elas apresentados, nos termos desta Lei Orgânica;

XIII – promover e extinguir os cargos públicos municipais na forma da lei;

XIV – superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicações da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro da disponibilidade orçamentária ou dos créditos votados pela Câmara;

XV – exercer as demais atribuições previstas nesta Lei Orgânica;

§1º - O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições do inciso VII aos Secretários Municipais ou ao Procurador-Geral do Município, observado o limite traçado nas respectivas delegações.

§2º - Nos anos de término de mandato, serão adotadas providências para que os balanços e prestações de contas sejam ultimados até dez dias antes do término do respectivo exercício, a fim de constarem de termo assinado pelos Prefeitos transmitente e receptor no ato da transmissão de cargo.

Seção III
DAS RESPONSABILIDADES DO PREFEITO

Art. 55º - São crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, afora outros definidos em lei federal, os atos que atendem contra a Constituição da República ou Estadual, esta Lei Orgânica e, especialmente contra o livre exercício do Poder Legislativo, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do País, do Estado ou do Município, a probidade na administração, a Lei Orçamentária e o cumprimento das leis das decisões judiciais.

Parágrafo único – O processo e o julgamento, bem como a definição desses crimes são os estabelecidos em lei federal.

Art. 56º - O Prefeito Municipal, durante seu mandato, não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de sua função.

Seção IV
DOS SECRETÁRIOS E SUAS ATRIBUIÇÕES



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 57º - Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos públicos.

Art. 58º - A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais.

Art. 59º - Compete ao Secretário Municipal, além de outra atribuição estabelecida nesta Lei Orgânica e na lei:

I – exercer orientações, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades municipais na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II – expedir instruções para execução das leis, decretos e regimentos;

III – apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual de sua gestão na Secretaria;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas pelo Prefeito Municipal;

V – propor ao Prefeito, anualmente, o orçamento de sua pasta; e,

VI – delegar suas atribuições inerentes, por atos expressos, aos seus subordinados.

Art. 60º - Os Secretários Municipais, auxiliares diretos e da confiança do Prefeito, serão responsáveis pelos atos que praticarem no exercício do cargo.

Parágrafo único – Os Secretários farão declaração pública de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos estabelecidos nesta Lei Orgânica para os Vereadores, enquanto permanecem em suas funções.

Art. 61º - Os Secretários Municipais, nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade, salvo quando conexos os do Prefeito, serão julgados pelo juiz da Comarca do Município.

Parágrafo único – Nos crimes de responsabilidade conexos com os do Prefeito, o julgamento será efetuado pela Câmara Municipal.

Seção V
DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Art. 62º - A representação judicial e a consultoria jurídica do Município, ressalvadas as competências da Procuradoria da Câmara Municipal, são exercidas pelos Procuradores do Município membros da Procuradoria, instituição essencial à Justiça, diretamente vinculada ao Prefeito, com funções, como órgão central do sistema de supervisão dos serviços jurídicos da Administração direta e indireta no âmbito do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os Procuradores do Município são organizados em carreira, na qual o ingresso depende de concurso público de provas de títulos assegurado a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, observados os requisitos estabelecidos em lei complementar.

Capítulo IV
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63º - A Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e aos



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

seguintes:

I – os empregos, cargos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a primeira investidura em cargo ou emprego público municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre os novos concursos para assumir cargos ou empregos, na carreira;

V – a convocação a que se refere o inciso anterior será feita pela ordem de classificação;

VI – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos preferencialmente por servidores, nos casos e condições previstas em lei;

VII – fica garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical;

VIII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos na legislação federal;

IX – a lei reservará o percentual dos cargos e emprego público para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

X – a lei estabelecerá os casos de contratação de pessoal, mediante concurso, por tempo limitado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

XI – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais far-se-á sempre na mesma data;

XII – a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos municipais, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelo Prefeito Municipal;

XIII – os vencimentos dos cargos da Câmara Municipal não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIV – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimento para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e os casos de isonomia constitucionalmente assegurada;

XV – os acréscimos pecuniários percebidos por serviços públicos não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou fundamento;

XVI – os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, sujeitos aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários, observado o que dispõe o art. 17 das Disposições Constitucionais da República Federativa do Brasil;

XVII – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo quando houver compatibilidade de horário nos casos a seguir:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e,

c) a de dois cargos privativos de médico.

XVIII – a proibição de acúmulos estende-se a emprego e função, abrangendo órgão da Administração Federal e Estadual direta, indireta e fundacional;

XIX – a Administração Fazendária e seus servidores fiscais terão, no âmbito de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sob os demais setores administrativos, na forma da lei;

XX – a criação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas e suas subsidiárias, bem como autorização de participação destas em empresas privadas, só poderão ser feitos através de leis específicas;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

XXI – excetuados os casos privados em leis, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratados mediante processos de licitação que assegure igualdade de condições a todos concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantida as condições efetivas de proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações; e,

XXII – a posse em cargo ou função municipal, da Administração direta ou indireta, inclusive fundacional, será precedida de declaração de bens, atualizada bianualmente.

§1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos municipais terá caráter educativo, informativo ou orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que importem promoção pessoal de autoridade, de servidores públicos ou de terceiros.

§2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, na forma da legislação vigente.

§3º - As reclamações relativas a prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§4º - Os atos de improbidade administrativa importarão à suspensão do direito político, a perda de função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§5º - A publicação oficial de leis, decretos e outros atos administrativos de efeito externo será feito dentro de trinta dias a contar de sua ulatimação, em órgão de imprensa oficial, próprio ou de outra pessoa de direito público, sob pena de serem nulos os atos posteriores praticados com apoio neles.

§6º - Os vencimentos dos servidores municipais deverão ser pagos até o quinto dia do mês seguinte ao vencido, corrigindo-se os valores, na forma da lei, se tal prazo for ultrapassado.

Art. 64º - Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, aplica-se as seguintes disposições:

I – tratando de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereado, havendo compatibilidade de horários, perceberá a vantagem de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma do inciso anterior;

IV – afastando-se o servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; e,

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Seção II
DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 65º - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os seus servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional, observados os princípios das Constituições da República e Estadual e aos estabelecidos por esta Lei Orgânica.

§1º - A lei assegurará aos servidores da Administração Direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores do Poder



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Executivo e do Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e às relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§2º - Ficam assegurados aos servidores públicos municipais, os seguintes direitos:

I – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

II – irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao piso salarial, para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

VI – salário-família para os seus dependentes;

VII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais;

VIII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IX – remuneração dos serviços extraordinários superior no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

X – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos um terço a mais do que o salário normal;

XI – licença à gestante com duração de cento e vinte dias sem prejuízo do cargo ou emprego e da remuneração;

XII – licença-paternidade nos termos estabelecidos em lei;

XIII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XIV – redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XV – adicional de remuneração para as atividades pessoais, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XVI – proibição ou diferença de retribuição pecuniária, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XVII – licença não remunerada para tratar assunto de interesse particular;

XVIII – licença prêmio de três meses por quinquênio de serviços prestados à administração municipal; e,

XIX – aperfeiçoamento pessoal e funcional.

§3º - A remoção do servidor dar-se-á em caso de necessidade comprovada ou atendendo à natureza do serviço, quando não for a pedido do interessado.

§4º - O Município responsabilizará seus servidores por danos causados à administração ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, afastando-os de imediato das funções e apurando-lhes a responsabilidade por meio de inquérito administrativo, sem prejuízo da ação penal cabível.

§5º - Fica vedada a participação de servidores públicos no produto de arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa.

§6º - Aos servidores da administração indireta do Município, fica assegurado o direito de participação nos órgãos colegiados, bem como na eleição destes.

Art. 66º - Após cada cinco anos de efetivo exercício, o servidor público terá direito a gratificação adicional de tempo de serviço, correspondente a cinco por cento do vencimento ou salário do respectivo cargo, até o máximo de trinta e cinco por cento, não cumulativamente.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo, a apuração do tempo de serviço



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

far-se-á a partir da data do emprego inicial, em qualquer órgão público municipal, estadual ou federal.

Art. 67º - O servidor com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer qualquer título, cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior a do cargo de que seja titular, ou função para qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez décimos.

Art. 68º - O servidor municipal será apresentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável especificadas em lei e proporcional nos demais casos;

II – compulsoriamente aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço; e,

III – voluntariamente.

a) Aos trinta e cinco anos de serviço se homem e aos trinta se mulher, com proventos integrais;

b) Aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério se professor, e vinte e cinco anos se professora, com proventos integrais;

c) Aos trinta anos de serviço, se homem e aos vinte e cinco se mulher, com proventos integrais;

d) Aos sessenta e cinco anos de idade se homem e aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§1º - A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§2º - A lei disporá sobre aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar remuneração dos servidores em atividade, sendo também estabelecidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria na forma da lei.

§4º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos do servidor falecido até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

§5º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para todos os efeitos legais.

Art. 69º - São estáveis após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público e os beneficiados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República.

§1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§2º - Invalida por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Seção III



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Art. 70º - São bens do Município de Marechal Thaumaturgo os que atualmente lhe pertencem e os que foram adquiridos, na forma da lei.

§1º - A alienação de bens do patrimônio municipal somente poderá ser feita através do procedimento licitatório nos termos da legislação pertinente.

§2º - A doação somente será permitida a entidades públicas ou filantrópicas com prévia autorização legal específica.

§3º - São nulos e de nenhum efeito jurídico os atos que, nos seis meses anteriores ao término do mandato do Prefeito, importarem em alienações a qualquer título, de bens do patrimônio Municipal.

§4º - São inexequíveis contra o Município todos e quaisquer títulos de créditos emitidos ou aceitos pelo Poder Executivo sem a competente autorização do Legislativo.

Título V
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO
Capítulo I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
Seção I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 71º - O Município de Marechal Thaumaturgo poderá instituir e cobrar os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas em razão do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e,

Art. 72º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos das leis, o patrimônio do contribuinte.

Parágrafo único – As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 73º - O Município poderá instituir contribuições, cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.

Seção II
DAS LIMITAÇÕES DO PODER

Art. 74º - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é defeso ao Município:

I – exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual, entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, vedada qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) Em relação a fato gerado ocorridos antes do início da vigência da lei que os



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

houver instituído ou aumentado; e,

b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada lei que os instituiu ou aumentou.

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais ressalvados a cobrança de direito de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI – instituir imposto sobre:

a) Patrimônio, renda ou serviços de outras pessoas jurídicas de direito público interno;

b) Templos de qualquer culto; e,

c) Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas funções das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei.

§1º - A vedação expressa no inciso VI, letra “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes.

§2º - O disposto no inciso VI, letra “a” e no parágrafo anterior não compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis e empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonere o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§3º - As vedações expressas no inciso VI, letra “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela relacionadas.

§4º - A concessão de anistia ou remissão de crédito tributário só poderá ser feita por lei específica.

§5º - O código Tributário Municipal estabelecerá o procedimento e o processo administrativo fiscal.

Art. 75º - É vedado ao Município estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

Art. 76º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

Seção III
DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS

Art. 77º - Compete ao Município instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição;

III – vendas e varejo de combustível líquido e gasoso, exceto óleo diesel;

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, “b”, da Constituição da República, definidos em Lei Complementar.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

§1º - O imposto que se refere o inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§2º - O imposto de que trata o inciso II não incide sobre a transmissão de bens de direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Capítulo II
DAS FINANÇAS PÚBLICAS
Seção I
NORMAS GERAIS

Art. 78º - As disponibilidades de caixa do Município, dos órgãos de entidades do Poder Público e das empresas por ele contratados serão depositadas em instituições financeiras federais ou estaduais, observadas as conveniências da administração.

Art. 79º - Para realização de investimentos, poderá o Município emitir títulos da dívida pública, resgatá-las em até cinco anos, observados os limites globais e condições outras estabelecidas pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, IX, da Constituição da República, sem prejuízo do disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 80º - Desde que não acarrete solução de continuidade ao cumprimento de obrigações ou comprometimento de obras públicas, ou pagamento de pessoal, poderá o Município aplicar disponibilidade de caixa no mercado aberto.

Parágrafo único – Os rendimentos oriundos dessas operações terão escrituração em conta individualizada.

Seção II
DOS ORÇAMENTOS

Art. 81º - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I** – o plano plurianual;
- II** – as diretrizes orçamentárias; e,
- III** – os orçamentos anuais.

§1º - A lei que instituir o plano plurianual definirá de forma regionalizada as diretrizes, objetos e metas da organização pública para as despesas de capital e outras dele decorrentes e às relativas aos programas de duração continuada.

§2º - As leis de diretrizes orçamentárias estabelecerá as metas e propriedades da administração municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§3º - O Poder Executivo Municipal publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, em resumo, relatório da execução orçamentária.

§4º - Os planos de programas municipais, regionais e setoriais, previstos nesta Lei Orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual, e apreciados pela Câmara Municipal.

§5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

- I** – o orçamento fiscal, referentes aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

entidades da organização direta e indireta, inclusive fundações do Poder público;

II – o orçamento de investimento das despesas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social; e,

III – o orçamento da seguridade social, através de órgãos e entidades da administração direta ou indireta, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§7º - Os orçamentos previstos no parágrafo 5º, I e II, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções e a de reduzir desigualdades setoriais segundo critério populacional.

§8º - A lei orçamentária anual não conterà dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares, ainda que por antecipação de receita.

§9º - Para fixação do exercício financeiro, da vigência dos prazos, elaboração e organização do plano plurianual, estabelecimentos de normas de gestão financeira e patrimonial do Município, inclusive condições para instituição e financiamentos de fundos, serão observados, no que couber, as disposições contidas na Constituição Estadual e em Lei Complementar Federal e Estadual.

Art. 82º - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, resultará das propostas parciais dos dois Poderes, das associações de bairros organizados, dos produtores rurais e dos sindicatos.

Art. 83º - Na elaboração, execução e avaliação da lei orçamentária anual, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a participação das entidades e órgãos mencionados no artigo anterior.

Art. 84º - Caberá à Comissão de Orçamento e Finanças examinar e emitir parecer sobre:

I – projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal; e,

II – planos e programas municipais, regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§1º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário da Câmara.

§2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indique os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas que indicam sobre:

a) Dotação para pessoal e seus encargos; e,

b) Serviços da dívida.

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissão; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§3º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para prover modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão, na parte cuja alteração é proposta.

§4º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

disposto na presente Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§5º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizadas, conforme o caso, mediante critérios especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 85º - São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante critérios suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara, por maioria absoluta de seus membros;

IV – a abertura de crédito suplementares ou especial sem indicação dos recursos correspondentes, a transposição, o remanejamento ou transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

V – a concessão ou utilização de créditos ilimitados ou instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

VI – a utilização, sem lei específica que autorize, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir “déficit”, de empresas, fundações e fundos.

§1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que a autorize sob pena de crime de responsabilidade.

§2º - Os créditos especiais extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos seus últimos quatro meses, caso em que reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§3º - A abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 86º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, serão entregues até o dia vinte e cinco de cada mês.

Art. 87º - A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município obedecerá ao disposto no artigo 169 da Constituição da República.

Título VI
DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO
Capítulo I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 88º - O Município de Marechal Thaumaturgo, na organização de sua economia, em cumprimento ao que estabelecem a Constituição da República e a Constituição Estadual, zelará pelos seguintes princípios:

I – promoção do bem-estar do homem com o fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico;

II – valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção,

Praça Odon do Vale, s/n – Centro – Tel.: (68) 3325-1026. CEP. 69.983-000 - Marechal Thaumaturgo – Acre

Representação Administrativa

Av. Coronel Mâncio Lima, nº 311, Sala 03 – Centro – Telefax: (68) 3322-6531. CEP. 69.980-000 Cruzeiro do Sul/AC
CNPJ: 84.306.471/0001-12



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

com a defesa dos interesses da comunidade;

III – democratização do acesso à propriedade dos meios de produção;

IV – planificação do desenvolvimento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;

V – integração e descentralização das ações públicas setoriais;

VI – proteção da natureza e ordenação territorial;

VII – condenação dos atos de exploração do homem pelo homem e de exploração predatória da natureza, considerando-se juridicamente ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho individual ou social auferido com base neles;

VIII – integração das ações do município com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinadas a tornar efetivos os Direitos do trabalho, à Educação, à Cultura, ao Desporto, ao Lazer, à Saúde, à Habitação e à Assistência Social;

IX – estímulo à participação da comunidade através de organizações representativas dela;

X – preferência aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais.

Art. 89º - A intervenção do Município no domínio econômico dar-se-á por meios previstos em lei, para orientar e estimular a produção, corrigir distorções da atividade econômica e prevenir, abusos do poder econômico.

Parágrafo único – No caso de ameaça ou efetiva paralisação de serviços ou atividade essencial por decisão patronal, pode o Município intervir, tendo em vista o direito da população ao serviço ou atividade, respeitada a legislação federal e estadual e os direitos dos trabalhadores.

Art. 90º - Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 91º - O município organizará sistemas e programas de prevenção e socorro nos casos e calamidade pública em que a população tenha ameaçado os seus recursos, meios de abastecimento ou de sobrevivência.

Art. 92º - O Município definirá formas de participação na política de combate ao uso de entorpecentes, objetivando a educação preventiva e a assistência e recuperação dos dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 93º - Os planos de desenvolvimento econômico do Município terão o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem no campo e o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Art. 94º - Os investimentos do Município atenderão, em caráter prioritário, às necessidades básicas da população e deverão estar compatibilizadas com o plano de desenvolvimento econômico.

Art. 95º - Na direção das empresas públicas, das sociedades de economia mista e nas fundações instituídas pelo Município será assegurada a participação de, pelo menos, um representante de seus empregados.

Seção I



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 96º - O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, isoladamente, ou em conjunto com a União ou Estado.

§1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução de problemas locais e o desenvolvimento produtivo.

Capítulo II
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Seção I
DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS

Art. 97º - As políticas industrial, comercial e de serviços a serem implementados pelo Poder Público Municipal conferirão prioridades às atividades que tenham caráter social relevante e obedeçam aos princípios estabelecidos nesta Lei Orgânica.

Art. 98º - O Município propiciará na elaboração das políticas industrial, comercial e de serviços, a participação dos diversos setores produtivos, através de suas representações empresariais e de trabalhadores.

Art. 99º - O Município concederá especialmente proteção às microempresas e empresas de pequeno porte, com tais definidas em lei, que receberão tratamento jurídico diferenciado.

Art. 100º - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e sócio-cultural.

Seção II
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA
Subseção I
DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA

Art. 101º - A política agrícola, visando fixação do homem ao campo, ao incremento da população e produtividade e à melhoria das condições sócio-culturais do rurícola, terá sua coordenação unificada com prioridade aos pequenos e médios produtores.

§1º - O planejamento e a execução da política agrícola municipal terá a participação efetiva dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transporte.

§2º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais, inclusive o extrativismo.

Art. 102º - As ações do Poder Público, de apoio à produção primária, atenderão, preferencialmente, aos beneficiários de projetos de assentamento e de posses consolidadas, observando o requisito de cumprimento da função social da propriedade.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 103º - O Município poderá destinar suas terras devolutas, de acordo com a política agrícola da União e com o plano nacional de reforma agrária.

§1º - A destinação dos imóveis será feita através do instituto jurídico da concessão de direito real de uso, inegociáveis os títulos pelo prazo de dez anos.

§2º - Não se fará concessão se o beneficiário, pessoa natural ou jurídica, não evidenciar disponibilidade de recursos técnicos e financeiros capazes de tornar a área economicamente produtiva, dentro de seus fins, no prazo de até cinco anos.

Capítulo III
DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 104º - As ações do município, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social, serão por ele adotadas isoladamente ou através de convenio com a União ou Estado.

§1º - O Município, no âmbito de sua jurisdição, organizará seguridade social a seus habitantes, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade da cobertura e do atendimento; e,

II – seletividade e distributividade na prestação de serviços.

§2º - O Município fará constar em seu orçamento anual as receitas destinadas à seguridade social.

Art. 105º - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefício ou incentivos fiscais ou créditos.

Art. 106º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Seção II
DA SAÚDE E DA HIGIENE

Art. 107º - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 108º - Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; e,

III – acesso universal e igualitário de todos os habitantes do município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 109º - As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros.

Parágrafo único – É vedada ao município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 110º - São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

I – planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II – planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do Serviço Único de Saúde, em articulação com a sua direção estadual;

III – gerir, executar, controlar e avaliar as ações, referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV – executar serviços de:

a) vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária; e,

c) alimentação e nutrição.

V – planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI – executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

VII – fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VIII – formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX – gerir laboratórios públicos de saúde;

X – avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviço de saúde;

XI – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Art. 111º - As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente;

II – integridade na prestação das ações de saúde;

III – organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;

IV – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através de Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário;

V – direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

Parágrafo único – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão no Plano Diretor de Saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

I – área geográfica de abrangência;

II – descrição de clientes; e,

III – resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 112º - O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de saúde para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 113º - A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que terá as seguintes atribuições:

I – formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

II – planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde; e,

III – aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Art. 114º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio tendo preferências as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 115º - O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos de orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§1º - Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde, do Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§2º - O montante das despesas de saúde não será inferior a dez por cento das despesas globais do orçamento anual do Município.

§3º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Seção III
DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 116º - O Município poderá instituir, isoladamente ou em conjunto com o Estado, sistema próprio de previdência e assistência social para seus servidores, utilizando, neste caso, a faculdade de cobrança da contribuição para fiscal prevista no parágrafo único do artigo 149, da Constituição da República.

Art. 117º - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, tendo por finalidade:

I – proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – amparo aos menores carentes;

III – promoção da integração ao mercado de trabalho; e,

IV – habitação e reabilitação das pessoas deficientes e sua integração ou reintegração social.

Art. 118º - As ações municipais na área de assistência social serão realizadas com recursos próprios consignados, anualmente, no orçamento municipal, sem prejuízo da aplicação de recursos oriundos de convênios.

Seção IV
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

Art. 119º - A educação é um direito de todos e um dever do Município, e será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 120º – O conteúdo mínimo para o ensino fundamental obrigatório atenderá aos



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

aspectos sociais, históricos e geoeconômicos municipais.

Art. 121º – O Município aplicará, anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento de sua receita resultante de impostos, inclusive transferências da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 122º – Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados no ensino público, podendo também ser dirigido às escolas comunitárias.

Art. 123º – O funcionamento de educandários, no nível de ensino fundamental, no Município, dependerá de autorização deste, ficando, os referidos estabelecimentos, subordinados à avaliação e controle de qualificação.

Art. 124º – É obrigatório o ensino da História do Acre nas escolas públicas municipais.

Art. 125º – Os diretores das Escolas Públicas Municipais serão eleitos com a participação dos professores, alunos e pais de alunos.

Art. 126º – Fica criado o Conselho Municipal de Educação, com caráter normativo, consultivo e permanente.

Art. 127º – Fica assegurado nas escolas públicas municipais, assistência médica e odontológica, patrocinada pelo Poder Público Municipal.

Art. 128º – O sistema municipal de ensino, organizado em regime de colaboração com a União e o Estado, dará prioridade ao ensino fundamental e pré-escolar.

Art. 129º – O Plano Municipal de Educação deverá ser compatibilizado com o Plano Estadual de Educação.

Art. 130º – O Município oferecerá atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Art. 131º - É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários, organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino, através de Associações, grêmios e outras formas.

Parágrafo único – Será responsabilizada a autoridade educacional que embarçar ou impedir a organização e o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 132º - Garantidos pela União e o Estado o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, o Município apoiará e incentivará as manifestações dessa área do conhecimento humano.

Art. 133º - O Patrimônio Cultural do Município é constituído dos bens materiais portadores de referência aos feitos históricos, à memória dos diferentes grupos, que se destacaram na defesa dos valores nacionais, estaduais e municipais.

Parágrafo único – O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o Patrimônio Cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Art. 134º - Os proprietários de imóveis tombados, que cuidarem adequadamente desses imóveis, terão redução do imposto sobre a propriedade territorial urbana, na forma da lei.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 135º - É dever do Município amparar e fomentar o Desporto, a Recreação e o Lazer, como direito de todos, observados:

I – a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades, meio e fim;

II – a dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições escolares públicas;

III – a garantia de condições para a pratica de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental;

IV – autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

V – proteção e incentivo às manifestações desportivas de caráter local; e,

VI – o incentivo de praticas esportivas junto às associações comunitárias organizadas.

Art. 136º – A Educação Física é parte integrante da grade curricular de ensino no Município de Marechal Thaumaturgo.

Art. 137º – Toda escola pública municipal que tenha mais de quatro salas de aula deverá, obrigatoriamente, contar com instalações adequadas para a prática de atividades físicas, observando as peculiaridades climáticas do Município.

Seção V
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E
DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Art. 138º - O Município estimulará, por meio de incentivos fiscais, ou diretamente, mediante subsídios consignados em seu orçamento anual, o acolhimento ou a guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado, ou a pessoa idosa necessitada.

Art. 139º – Cabe ao Poder Público, bem como a família, assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e aos portadores de deficiência, com absoluta propriedade, o direito à vida, à educação, à saúde, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e à comunidade, colocando-os a salvo de toda e qualquer forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.

Art. 140º – O Município garantirá no âmbito de sua circunscrição, à criança e ao adolescente, o integral direito de ir e vir, não podendo esta liberdade ser cercada, salvo por ordem judicial expressa.

Art. 141º – O Município criará órgão especializado para receber crianças e adolescentes que praticarem atos anti-sociais graves.

Art. 142º – O Município criará o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão normativo, deliberativo, controlador e fiscalizador da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente.

Parágrafo único – A lei disporá acerca da organização, composição e funcionamento do Conselho acima mencionado, garantindo a participação do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos órgãos públicos encarregados da execução, da política social e educacional, relacionada à infância e ao adolescente, assim como a entidades não governamentais.

Art. 143º - O Município promoverá a criação e implementação de programas para o



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco.

Art. 144º - O Município poderá instituir em consonância com a real necessidade, creches em locais previamente estabelecidos.

Seção VI
DOS TRANSPORTES

Art. 145º - O Município na prestação de serviços de transportes públicos, fará obedecer os seguintes princípios básicos:

- I** – segurança e conforto dos passageiros, garantindo, em especial, acesso às pessoas portadoras de deficiências físicas;
- II** – prioridade a pedestres e usuários dos serviços;
- III** – tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de sessenta e cinco anos;
- IV** – prestação ambiental contra a poluição atmosférica e sonora;
- V** – integração entre sistemas e meios de transporte e racionalização de itinerários; e,
- VI** – participação das entidades representativas da comunidade e dos usuários no planejamento e na fiscalização dos serviços.

Título VII
DA POLÍTICA URBANA
Capítulo I

DO DESENVOLVIMENTO URBANO, DO PLANO DIRETOR E DO
SANEAMENTO BÁSICO

Art. 146º - A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

Parágrafo único – As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-se-lhes condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município.

Art. 147º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município.

§1º - O Plano Diretor fixará os critérios que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanista, a proteção do patrimônio ambiental natural e constituído e o interesse da coletividade.

§2º - O Plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada.

§3º - O Plano Diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição da República.

Art. 148º - Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanísticos existentes e à disposição do Município.

Art. 149º - O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação popular destinadas a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

§1º - A ação do Município deverá orientar-se para:

I – ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e servido por transportes coletivos;

II – estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção, de habitação e serviços; e,

III – urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda passíveis de urbanização.

§2º - Na promoção de seus programas de habitação popular, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com capacidade econômica da população.

Art. 150º - O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor, deverá promover programas de saneamento básico destinados a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população.

Parágrafo único – A ação do Município deverá orientar-se para:

I – ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento Básico;

II – executar programas de saneamento em áreas pobres, atendendo à população de baixa renda, com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;

III – executar programas de educação sanitária e melhorar o nível de participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV – levar à prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços de água.

Art. 151º - O Município deverá manter articulação permanente com os demais municípios de sua região e com o Estado, visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Capítulo II
DO MEIO AMBIENTE

Art. 152º - Impõe-se ao Município o dever de zelar pela preservação e recuperação do meio ambiente em seu território, em benefício das gerações atuais e futuras, incumbindo-lhe:

I – definir uma política setorial específica, assegurando a coordenação adequada dos órgãos direta ou indiretamente encarregados de sua implementação;

II – zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais e, particularmente, pela integridade do patrimônio ecológico, paisagístico, histórico, arquitetônico, cultural e arqueológico;

III – estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando a proteção das bacias hidrográficas e terrenos sujeitos à erosão e inundações;

IV – controlar e fiscalizar as instalações, equipamentos e atividades que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente;

V – determinar a realização periódica, por instituições capacitadas, sem fins lucrativos, de auditorias ambientais e programas de monitoramento, que possibilitem a correta avaliação e a minimização da população da poluição, às expensas dos responsáveis por sua ocorrência;

VI – celebrar convênios com entidades públicas, centros de pesquisas, associações civis



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

e organizações sindicais ou comunitárias, para garantir e aprimorar o gerenciamento ambiental;

VII – garantir o acesso da população às informações sobre as causas da poluição e degradação ambiental, como também, promover a conscientização e a adequação do ensino de forma a difundir os princípios e objetivos da proteção ambiental.

Art. 153º – Qualquer atividade econômica e social desenvolvida no Município deverá ser conciliada com a proteção ao meio ambiente.

Art. 154º – O Poder Público exigirá de quem explorar recursos minerais do Município, inclusive através de ação judicial, o cumprimento da obrigação de fazer a recuperação do ambiente degradado, devendo ser depositada caução para o exercício dessas atividades ou provada a existência de seguro adequado.

Art. 155º – O Município manterá controle sobre o emprego de técnicas, métodos e substâncias que acarretem prejuízos aos igarapés, lagos, mananciais d'água, aquíferos, flora e fauna.

Art. 156º – O Poder Público só contribuirá ou autorizará a construção de zona industrial e de depósito de resíduos sólidos ou líquidos, a dois quilômetros das áreas habitadas ou destinadas à habitação.

Art. 157º – Fica criado o conselho Municipal do Meio Ambiente, que auxiliará o Poder Público na implementação da política ambiental com composição e atribuições definidas em lei.

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º – O Prefeito e os Vereadores prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a presente Lei Orgânica.

Art. 2º – A revisão da Lei Orgânica do Município de Marechal Thaumaturgo será realizada após cinco anos da data de sua promulgação.

Art. 3º – Os projetos de Leis Complementares, de autoria do Executivo, serão enviados para apreciação do Legislativo, no prazo de 12 meses, a contar da promulgação da presente Lei Orgânica.

Art. 4º – O Poder Executivo implantará e regulamentará os Conselhos criados por esta Lei, no prazo de 12 meses, a partir da promulgação da presente Lei Orgânica.

Art. 5º – O Município garantirá regularmente as assistências médica e odontológica às populações da área rural e ribeirinhas, concomitantemente com o Estado.

Art. 6º – Fica criada a Comissão Municipal de Defesa e Proteção ao Consumidor.

Art. 7º – O Município incentivará o desenvolvimento do folclore, a música popular, o artesanato, a indústria caseira de doces e defumados.

Art. 8º – O Município promoverá campanhas de conscientização, destinadas à população rural, sobre saúde, higiene e alimentação.

Art. 9º – O Poder Público, em todos os níveis, instará a aplicação e fiscalização das



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

normas gerais sobre a proteção e prevenção de acidentes de trabalho dos seus servidores.

Art. 10º - O Município, juntamente com o Estado, propugnará pela garantia de preços mínimos e o devido escoamento dos produtos agrícolas.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO
GABINETE DO PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL CONSTITUINTE

BRÍGIDA GOMES DO VALE
FRANCISCO GUIMARÃES PINHEIRO
IRIA MARIA BEZERRA
JOÃO DELES DE MENEZES
JOSIMAR GOMES DE AZEVEDO
LEONTINA GOMES DA SILVA
ORACÍ FROTA DE AZEVEDO
RAIMUNDA BEZERRA DE MENEZES
RAIMUNDO LIMA DA COSTA

VEREADORES QUE COMPÕE À 5ª LEGISLATURA

ANTONIETA DE AZEVEDO SOUZA
ANTONIO JAMISSON SILVA DE OLIVEIRA
ANTONIO RAIMUNDO LIBÂNIO ALEMÃO
JOÃO DELES DE MENEZES
JOSÉ DE SOUZA DA SILVA
JOSÉ DOS SANTOS FURTADO
MARCOS ANTONIO OLIVEIRA DE ALMEIDA
MARIA ESTEILDE MAIA LIMA
ORLEILDO NOGUEIRA LOPES

MARECHAL THAUMATURGO-ACRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2012.